

A HISTÓRIA NOS SUBSOLOS DA LITERATURA: AS NARRATIVAS COLONIAIS E PÓS-COLONIAIS DE LÍNGUA INGLESA

HISTORY IN THE BASEMENTS OF LITERATURE: COLONIAL AND POST-COLONIAL NARRATIVES IN ENGLISH

Divanize Carbonieri *

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

RESUMO:

O objetivo deste estudo é propor uma reflexão a respeito das relações nem sempre transparentes entre literatura e história. Os temores e desejos envolvidos em torno da colonização europeia de outras terras são examinados em suas representações na literatura colonial britânica dos séculos XIX e XX. A reação a essas imagens literárias canônicas também é investigada na análise de um dos primeiros romances da literatura africana de língua inglesa, situado no contexto maior do processo de desenvolvimento das literaturas pós-coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: literatura, história, literatura colonial, literaturas pós-coloniais, literatura africana

ABSTRACT:

The objective of this study is to propose a reflection on the not always transparent relations between literature and history. The fears and desires wrapped around the European colonization of other lands are examined in their representations in nineteenth- and twentieth-century British colonial literature. The reaction to these canonical literary images is also investigated in the analysis of one of the first novels of African literature in English, placed in the larger context of the process of development of post-colonial literatures.

KEYWORDS: *literature, history, colonial literature, post-colonial literatures, African literature*

Conteúdos reprimidos e diferença cultural na relação entre literatura e história

Não é tão fácil, como a princípio pode parecer, tentar desvendar as íntimas conexões entre literatura e história. Que toda obra literária oferece uma certa visão da época em que foi escrita é algo com que todos concordam. Mas essas relações não são tão diretas ou explícitas como um leitor menos avisado

poderia inicialmente supor. Neste artigo, pretendo demonstrar como a literatura pode proporcionar um conhecimento diferenciado da história, não como mera ilustração ou representação superficial, mas como uma espécie de terreno em camadas, revelando, nos níveis mais subterrâneos, as principais tensões e medos coletivos existentes no tempo da escrita. Para tanto, escolhi, como foco principal, o encontro colonial ocorrido nos dois séculos passados e o que sucedeu a ele. Num primeiro momento, discuto como a literatura inglesa representou, em suas grandes narrativas coloniais, o domínio e a ocupação de outras sociedades e, num segundo instante, como a literatura africana de língua inglesa respondeu à experiência da colonização. Acredito que a análise dessas obras literárias pode lançar luz sobre essas situações históricas e contribuir para uma interpretação mais ampla de suas motivações e consequências.

Fredric Jameson (1992) já denunciava o caráter socialmente simbólico das narrativas que, segundo ele, apresentam, sob forma disfarçada ou distorcida, elementos de uma realidade histórica que foi reprimida e ocultada do texto, uma espécie de *inconsciente político* que aguarda para ser trazido à superfície do que está escrito. Assim, suas ideias nos remetem, quase imediatamente, à teoria onírica de Sigmund Freud (2001), que, em *A interpretação dos sonhos*, assumia o compromisso de demonstrar que os sonhos são passíveis de ser interpretados, postulando que eles são sempre a realização de um desejo recalcado ou *inconsciente*. De acordo com a sua visão, o sonho seria a dramatização desse desejo que encontraria, através dessa encenação, expressão e satisfação. Nesse caso, o desejo, que, antes, havia sido suprimido, representando, portanto, um conteúdo latente, para vencer agora a resistência da mente consciente, enfraquecida no sono, mas ainda operante, sofreria uma distorção onírica causada pela censura, realizando-se de maneira disfarçada ou mesmo irreconhecível no conteúdo manifesto do sonho. A interpretação de Freud intentava, então, chegar ao conteúdo latente dos sonhos e descobrir o desejo que lhes havia dado sustentação.

Jameson, por sua vez, também tem como objetivo estabelecer uma hermenêutica que seja capaz de desvendar os conteúdos históricos e políticos reprimidos nos textos literários pela opressão ideológica. Mas, na verdade, a sua posição não poderia ser mais contrária aos procedimentos do pai da psicanálise. Para Jameson, assim como para Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010), a interpretação freudiana se caracterizaria por uma perspectiva reducionista da experiência total da realidade, reescrevendo-a apenas de acordo com uma narrativa baseada no complexo de Édipo e nos romances familiares decorrentes dele. A análise freudiana do inconsciente o reduziria ao meramente subjetivo, sem se importar com os conteúdos políticos da vida cotidiana. Sob a ótica de Jameson, por outro lado, o inconsciente do texto seria sempre politizado, já que todas as narrativas poderiam ser entendidas como episódios de uma única trama, vasta e incompleta, tecida pela luta entre as classes sociais. E, segundo ele, o modelo hermenêutico fornecido pelo marxismo teria primazia sobre as outras vertentes interpretativas, revelando como todas elas são limitadas a um determinado contexto ou objeto de estudo. Em sua visão, apenas o marxismo seria capaz de detectar os traços reprimidos da história da luta de classes nos textos e libertá-los da força opressiva que os suprimiu ou distorceu.

Contudo, por se concentrar unicamente na luta de classes, a análise de Jameson também parece incorrer numa redução. Ele entende, afinal, todas as obras literárias como fragmentos de uma narrativa ininterrupta sobre o conflito classista. Portanto, como partes de uma coisa só, uma grande narrativa homogeneizante de caráter político. Embora as estruturas de poder sejam realmente importantes para a compreensão de qualquer manifestação artística, essa sua visão parece ignorar o componente da diferença cultural. Como explicar, por exemplo, lançando mão apenas desse viés, a complexa situação colonial dos séculos XIX e XX? Ainda que os interesses das potências europeias em diversos territórios da Ásia, África e Oceania tenham sido, em grande parte, econômicos, a sua ocupação e domínio sobre eles foram acionados por uma certa interpretação a respeito da diferença que as inúmeras culturas que ali viviam representavam ao modo de vida predominante no oeste

européu. A colonização de terras não-europeias não envolveu exatamente a opressão de uma classe social sobre outra, mas a de todo um sistema de vida sobre inúmeros outros.

Os significados atribuídos a esses Outros culturais emanavam de uma série de discursos, perspectivas e modos de entendimento que pressupunham a superioridade da cultura europeia e “explicavam” a necessidade da submissão de outros povos. Teorias racistas e eugênicas funcionaram como a força motriz que possibilitou e acarretou a exploração econômica e a dominação política. Sendo assim, para se compreender a situação colonial em sua totalidade, era preciso levar em consideração essas teorizações. Edward Said (2007) foi um dos primeiros intelectuais a sentir a necessidade de interrogar os discursos que embasaram o imperialismo europeu e a sua colonização de outras terras. É memorável a sua definição do Oriente como a alteridade mais duradoura e frequente nesse conjunto de textos, percepções e representações:

[...] os franceses e os britânicos – e em menor medida os alemães, os russos, os espanhóis, os portugueses, os italianos e os suíços – tiveram uma longa tradição do que vou chamar *Orientalismo*, um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia [sic]. O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias [sic], a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e recorrentes do Outro. [...] Além disso, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, ideia [sic], personalidade, experiência contrastantes. (SAID, 2007, pp. 27-28).

Said apresentava, assim, uma análise extremamente eficaz de como as potências coloniais ocidentais, sobretudo a Grã-Bretanha e a França, enxergavam e representavam os territórios e povos da Ásia e do Norte da África entre o final do século XVIII e o início do XX. O seu Orientalismo pode ser entendido, então, como o conjunto das representações que o Ocidente fez do Oriente, notadamente durante o período colonial. Como bem constata Said, essas representações, muito mais do que imagens apenas decorrentes da observação, originavam-se de visões influenciadas por estereótipos e fantasias. O Oriente era visto, nesses discursos, como uma entidade que

reunia em si uma série de conceitos negativos, o que, em última instância, servia para enfatizar uma suposta superioridade do Ocidente, descrito e qualificado, em contraste, por meio de uma adjetivação positiva. Sendo assim, tornava-se recorrente a ideia de que as nações ocidentais tinham o direito e, até mesmo, a obrigação de dominar e ocupar as terras orientais para levar até elas o “benefício” de sua “missão civilizadora”.

Num outro momento, Said (1999) iria também estabelecer um método para ler e analisar as grandes narrativas coloniais da literatura ocidental. Trata-se da leitura contrapontística que intenta mostrar como esses frutos da imaginação criativa e interpretativa da Europa configuram-se como parte integrante da complexa relação entre império e cultura. Na prática, significa ler um texto literário canônico, procurando desvendar como ele reflete seu pano de fundo histórico e uma determinada perspectiva ideológica, sem ignorar, na análise, as outras visadas que se opõem a ela. Said emprega a leitura contrapontística para interpretar romances produzidos durante o período de colonização por escritores metropolitanos, demonstrando como essas obras refletem as histórias das metrópoles colonialistas, ao mesmo tempo em que revelam as histórias das sociedades que elas colonizaram. Ele busca observar essas experiências diferenciadas em contraponto, entendendo-as como um conjunto de histórias que se entrelaçam e se sobrepõem, sem jamais atingirem uma homogeneização. Em outras palavras, seu objetivo “é colocar em convívio visões e experiências ideológicas e culturalmente fechadas umas às outras, e que tentam afastar ou eliminar outras visões e experiências” (SAID, 1999, p. 66), mostrando que “a exposição e acentuação da divergência” realçam a relevância cultural das concepções ideológicas (SAID, 1999, p. 66). O seu enfoque, pautado pelo entrelaçamento de várias histórias conflitantes e pela diferença cultural, parece proporcionar, assim, uma possibilidade de leitura e análise muito mais ampla do que aquela oferecida pela abordagem de Jameson.

Além disso, a leitura contrapontística oferece ao leitor a oportunidade de perceber que o estilo de vida específico e os valores sociais expressos nos romances coloniais relacionam-se intimamente com a dominação, ocupação e

exploração de outras sociedades. Dessa forma, uma obra como *Mansfield Park* (1814), de Jane Austen, é lida por Said de acordo com uma “estrutura de atitudes e referências”, com o objetivo de desvendar as alusões aos fatos imperiais e às situações coloniais entremeadas na tessitura da narrativa, assim como os valores morais e sociais vinculados a elas. Ainda que as colônias imperiais sejam apenas marginalmente visíveis nos romances desse tipo, a sua simples existência parece contribuir para uma ordenação do universo ficcional que se assemelha àquela do mundo extraliterário. A vida que Fanny Price e a família Bertram têm em *Mansfield Park*, uma propriedade no interior da Inglaterra, não apenas é sustentada materialmente pelas possessões coloniais de *sir* Thomas Bertram em Antígua, no Caribe, como também parece ser regulada pela mesma autoridade. Said menciona que a ausência de *sir* Bertram, ocupado temporariamente em seus domínios caribenhos, havia aberto caminho para um certo descontrole de jovens e mulheres, exemplificado numa série de flertes sem supervisão e na preparação para a encenação de uma peça fútil e um tanto quanto libertina. Ao retornar ao ambiente doméstico, esse patriarca tem a chance de retomar seu comando sobre tudo e todos, encerrando, inclusive, os preparativos e ensaios:

Não é apenas um Crusoe pondo as coisas em ordem: é também um antigo protestante eliminando todos os traços de comportamento frívolo. Nada em *Mansfield Park* nos desmentiria, porém, se fôssemos supor que *sir* Thomas faz exatamente as mesmas coisas – em escala mais ampla – em suas “fazendas” de Antígua. Tudo o que estivesse errado por lá [...] *sir* Thomas foi capaz de endireitar, assim mantendo o controle sobre seu domínio colonial. Aqui, mais do que em qualquer outra parte de sua obra, Austen estabelece uma sincronia entre a autoridade doméstica e a autoridade internacional [...]. Ela vê com clareza que ter e governar *Mansfield Park* é ter e governar uma propriedade imperial em íntima, para não dizer inevitável, associação com ela. O que assegura a tranquilidade [*sic*] doméstica e a atraente harmonia de uma é a produtividade e a disciplina regrada da outra (SAID, 1999, p. 128).

Dessa forma, o método de Said nos leva a ler as grandes narrativas coloniais europeias, sem ignorar o conflito sob o qual elas se assentam. A representação do domínio e da opressão impostos a outras culturas não pode mais ser desprezada em qualquer análise dessas obras que almeje ser extensa e eficiente. Na próxima seção, também vou-me deter sobre a constituição das

narrativas coloniais, escolhendo, contudo, um momento posterior àquele focado por Said em sua análise do romance de Austen.

Medo e mal-estar na literatura colonial

Se, em *Mansfield Park*, a aparição do império era ainda marginal, conforme o século XIX avançava em direção ao XX, a presença das colônias e dos colonizados na literatura europeia ia-se tornando mais densa e problemática. O contato diário com esses diversos Outros, em terras tão distantes e diferentes dos centros metropolitanos, minava qualquer possibilidade de apartação completa. A literatura passava, então, a examinar, de forma cada vez mais minuciosa, as influências que o convívio com outros povos e paisagens causava aos ocidentais. Uma vez que o Outro colonizado configurava-se essencialmente como uma entidade identitária sobre a qual os europeus projetavam os contrários dos atributos positivos que consideravam como seus, os efeitos desses enfrentamentos só podiam ser analisados sob uma ótica negativista. Um medo recorrente rondava as mentes dos colonizadores, o de que pudessem sofrer uma diminuição ou retrocesso simplesmente por se imiscuírem com os colonizados. E, nas obras literárias do final dos oitocentos, surgiam manifestações gradativamente mais intensas desse temor.

No conto “The man who would be king” (1888), de Rudyard Kipling, por exemplo, é possível vislumbrar uma notável confiança no funcionamento preciso das engrenagens da administração colonial britânica e, simultaneamente, um exame crítico das consequências nefastas que poderiam advir, caso os ingleses se desviassem desmedidamente dessas regulações. Kipling continua e ao mesmo tempo interrompe, nessa narrativa, o formato das histórias de aventuras ou *boys’ stories* que inundaram a literatura inglesa, a partir de meados do século XIX. *Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe, obra fundadora do romance moderno na Inglaterra, havia há tempos se estabelecido como a aventura imperial paradigmática, já que seu protagonista reconstruía, na ilha caribenha que o havia acolhido após o naufrágio, o mesmo

modo de vida experimentado na Inglaterra, orientando-se por um aproveitamento dos recursos naturais, com vistas não apenas à sobrevivência, mas, principalmente, à geração de excedentes. Além disso, ao deixar a ilha, após vinte e oito anos passados nela, ele a tornara uma possessão sua, arrendando-a para novos colonos, e, nos anos seguintes, passara a visitá-la para colher seus rendimentos. Dessa forma, Crusoe é o protótipo do explorador imperialista inglês. Tendo sido escrito num momento inicial do processo imperial, ainda quando os britânicos estavam planejando colonizar as ilhas do Caribe para cultivar cana-de-açúcar e tabaco, o romance de Defoe é marcado por um tom entusiástico em relação a esse projeto. Essa parece ser a razão por que Crusoe é tão bem-sucedido ao estabelecer sua colônia na ilha. Através do empreendimento de seu herói, Defoe está a indicar que a Inglaterra tem um próspero caminho pela frente.

Contudo, logo em seguida, o romance inglês havia sido tomado por uma série de histórias amorosas, muitas vezes escritas, protagonizadas e até mesmo narradas por mulheres. Jane Austen, por exemplo, especializara-se em fazer de seus romances verdadeiros “manuais de casamento”, com o propósito de instruir as jovens de seu tempo a avaliar suas reais condições e realizar uniões matrimoniais que fossem as mais satisfatórias possíveis, tanto do ponto de vista emocional quanto material. As três irmãs Brontë – Charlotte, Emily e Anne – também se dedicaram, cada uma a seu modo, a escrever narrativas que examinassem e questionassem o papel da mulher na sociedade vitoriana e o caráter de seus relacionamentos com os homens e a comunidade mais ampla. Num momento em que o romance ainda era visto com desconfiança e considerado um gênero menor, um simples meio de entretenimento voltado principalmente para pessoas sem uma sólida formação clássica, era esperado que fossem as mulheres as suas principais leitoras. Sem muitas chances de realizar estudos superiores ou perseguir uma carreira, as mulheres do período viviam, em grande parte, confinadas ao ambiente doméstico. Para aquelas que pertenciam a uma determinada classe e podiam se alfabetizar e manter criados, a leitura de romances, realizada no espaço encerrado de seus lares, afigurava-se como um bom passatempo para as horas ociosas. Durante a

primeira metade do século XIX, o romance inglês havia-se constituído, então, basicamente, como um empreendimento feminino, escrito por mulheres e voltado para elas.

A onda de romances de aventura que se ergueu depois disso foi uma tentativa eficaz de resgatar o romance dessa zona de influência feminina e trazê-lo novamente para o domínio dos homens. Esse feito masculino no campo da literatura era perpetrado paralelamente ao crescimento de importância do gênero romanesco, ao mesmo tempo em que espelhava o fato de que a atividade imperial, que se intensificava no período, era essencialmente uma “coisa de homens”. *The coral island* (1857), de R. M. Ballantyne, e *Treasure island* (1883), de Robert Louis Stevenson, são alguns dos exemplos mais famosos desse tipo de narrativa, que procurava instaurar a mesma fé na capacidade masculina de explorar e dominar novas partes do mundo encontrada no romance de Defoe.

No entanto, apenas alguns anos mais tarde, já não era possível encontrar a mesma confiança enfática no conto de Kipling. Seus dois protagonistas, Carnehan e Dravot, são, contudo, aventureiros da melhor espécie ou, melhor dizendo, da pior espécie, já que não passam de vadios que fingem ser o que não são para tirarem proveito dos poderosos dos Estados Nativos, espécies de entidades políticas pertencentes ao Império da Índia e não governadas diretamente pelos britânicos, mas por algum soberano local que se submetia como um vassalo à Coroa britânica, que, por sua vez, exercia ali alguma forma de governo indireto, conforme seus interesses na região. Na narrativa de Kipling, há a seguinte descrição a respeito dessas unidades administrativas:

[o]s Estados Nativos têm um horror completo aos jornais ingleses, que podem lançar luz sobre seus métodos peculiares de governo, e fazem o que podem para afogar os correspondentes com champanhe ou os afastam de suas mentes com suas carruagens puxadas por quatro cavalos. Eles não entendem que ninguém liga a mínima para a administração interna dos Estados Nativos contanto que a opressão e o crime sejam mantidos dentro de limites decentes e que o governante não seja drogado, bêbado ou fique doente de uma ponta a outra do ano. Os Estados Nativos foram criados pela Providência para suprir um cenário pitoresco, tigres e histórias maravilhosas. Eles são os lugares escuros da terra, cheios de crueldades inimagináveis, tocando a Ferrovia e o Telégrafo de um lado e, do outro, os dias de Harun-al-Raschid (KIPLING, s/d, p. 5).¹

Assim, é estabelecida a diferença entre os Estados Nativos e a presença britânica na Índia, representada no conto, principalmente, pela atividade dos jornais de língua inglesa, num dos quais o próprio narrador trabalha. O cotidiano de seu jornal é descrito por ele como dividido em dois momentos: seis meses em que a atividade é intensa, mas um tanto caótica, quando é afastado da elaboração das notícias para atender uma série de solicitações de missionários, coronéis e companhias teatrais, e seis meses em que nada parece acontecer, a não ser o termômetro que “sobe polegada por polegada até o topo do vidro”, e “ninguém escreve nada, a não ser reportagens sobre as diversões nas cidades altas” (KIPLING, s/d, p. 8). Contudo, ainda assim, é uma imagem de eficiência regrada, uma vez que o jornal não para, porque “o supervisor acha que um jornal diário tem realmente que sair a cada vinte e quatro horas, e todas as pessoas nas cidades altas, no meio de seus divertimentos, dizem: – Meu Deus do céu! Por que o jornal não pode estar faiscando?” (KIPLING, s/d, p. 8). Há a sugestão, dessa forma, de que nem os rigores do verão indiano são capazes de deter a eficácia inglesa. Também é possível perceber um contraste entre as imagens dos Estados Nativos, como “os lugares escuros da terra”, e dos jornais, que são descritos como capazes de “lançar luz sobre” as iniquidades dos governos locais e cuja produção é comparada à faísca geradora de fogo. Portanto, o domínio britânico é visto como o lume que pode afastar as trevas e iluminar esses lugares, entendidos comparativamente como sombrios e cruéis.

Ainda que possa parecer proveitoso ameaçar os sultões dos Estados Nativos, fazendo-se passar por correspondentes dispostos a publicar seus escândalos, isso também representa um risco para Carnehan e Dravot, uma vez que eles poderiam “ficar presos’ numa das pequenas ratoeiras que são os estados da Índia Central ou da região sul de Rajputana” e “colocar-se em sérias dificuldades” (KIPLING, s/d, p. 7). Na verdade, ter qualquer coisa a ver com esses locais é sentido como uma possibilidade real de prejuízo para a dignidade britânica. O narrador, que parece cioso de seus deveres coloniais, denuncia os dois rufiões que acabou de conhecer, conseguindo fazer com que sejam deportados da fronteira de um desses estados. Na verdade, o problema

imediatamente com os aventureiros desse conto, Carnehan e Dravot, é justamente que eles não se ajustam à ordenação britânica na Índia. A insatisfação com os limites impostos pelo sistema do governo colonial transparece na fala de Carnehan, quando ele e seu companheiro vão encontrar o narrador na redação do jornal:

- [...] Nós estivemos por toda a Índia, na maior parte das vezes, a pé. Fomos caldeireiros, maquinistas, pequenos empreiteiros, e tudo o mais, e decidimos que a Índia não é grande o bastante para nós. [...] O país não é explorado nem pela metade, porque aqueles que o governam não deixam que você o toque. Eles passam todo o seu abençoado tempo em governá-lo, e você não pode erguer uma pá, nem lascas de pedra, nem procurar por petróleo, nem nada disso, sem que todo o Governo diga:
- Largue isso no lugar e nos deixe governar (KIPLING, s/d, p. 10).

É por esses motivos que ambos decidem deixar a Índia e se tornar reis do Cafiristão, um país vizinho ao Afeganistão e separado deste pelo que o narrador descreve como sendo uma massa de montanhas, picos e geleiras, pela qual nenhum inglês ainda havia passado. Se os Estados Nativos da Índia, dominados pelo governo britânico, já se afiguravam como grandes perigos para os súditos da Coroa, que dizer dessa região, ainda intocada pelos europeus? Ainda assim, apesar das enormes dificuldades encontradas na travessia, os dois personagens realmente conseguem atingir seu objetivo e, com a ajuda dos inúmeros rifles que haviam levado em sua bagagem, submetem os nativos. Realizam, até mesmo, a façanha de serem confundidos com deuses.

Contudo, logo são desmascarados. Dravot, que havia se tornado o líder supremo, é executado, e Carnehan, após sobreviver à crucificação, é libertado pelos nativos e expulso do país. Mais tarde, já enlouquecido, será conduzido pelo narrador até um asilo, onde morrerá. Ainda que exista uma possibilidade imediata de se interpretar o destino final desses personagens como um bem merecido desfecho para quem se aventurou além do que podia, o fato é que não parecem ser a ganância desmedida de ambos nem a sua desobediência às normas governamentais as principais causas de sua derrocada. Afinal, o empreendedorismo e a ousadia em correr riscos sempre foram considerados virtudes fundamentais para exploradores e colonialistas. Na verdade, a não-adaptação às engrenagens da administração colonial britânica é apenas a razão mais aparente para a sua ruína. Numa camada mais subterrânea do

texto, corre um outro veio de significados. Tudo é posto a perder no momento em que Dravot resolve se casar com uma nativa para torná-la sua rainha e ter com ela um herdeiro, já que havia se pronunciado da seguinte forma:

– Não farei uma nação – ele disse.

– Farei um Império! Esses homens não são negros; eles são ingleses! Olhe para seus olhos – olhe para suas bocas. Olhe para o modo como se levantam. Eles se sentam em cadeiras em suas casas. Eles são as Tribos Perdidas ou algo assim, e vão se tornar ingleses (KIPLING, s/d, pp. 30-31).

Embora os nativos tenham realmente a tez clara, é um óbvio equívoco de Dravot considerá-los ingleses, justamente pela questão da diferença cultural. Os europeus ocidentais acreditavam, na época, que estavam no topo da evolução das civilizações e qualquer outra sociedade só poderia se situar comparativamente num estágio inferior. De acordo com essa visão evolucionista, os habitantes do Cafiristão poderiam ser colocados numa posição acima de índios e negros, por suas semelhanças com os ingleses, mas jamais no mesmo patamar, em virtude de suas diferenças. O maior pecado de Dravot, portanto, é a tentativa de unir-se sexualmente a uma das mulheres locais.² O horror à possibilidade de contaminação e o temor de uma suposta degradação através da miscigenação são os principais fantasmas escondidos no subsolo da narrativa. Afinal, em *Robinson Crusoe* e nos legítimos exemplos de Robinsonadas posteriores, a presença de mulheres, sobretudo nativas, é providencialmente apagada das terras conquistadas. A reflexão que Kipling parece oferecer, nessa camada mais profunda de seu texto, é a de que o grande perigo da aventura sem limites é o risco da assimilação da cultura e, principalmente, dos índices raciais dos nativos através da geração de descendentes mestiços. Dessa forma, manter-se dentro dos limites da administração colonial talvez não seja o mais lucrativo para os indivíduos, mas é visto certamente como o mais seguro. E esta é uma característica do momento em que Kipling estava escrevendo, no final do século XIX: a necessidade premente de entender o império como um empreendimento coletivo, como um grande mecanismo, e não mais como os feitos ousados de indivíduos únicos.

Kipling ainda não questiona os efeitos dessa grande máquina sobre os colonizados e nem é capaz de imaginar que eles, talvez, estivessem melhor sem ela. Seu foco de atenção recai sobre os britânicos e o material que ele examina é a influência dos contatos com os nativos sobre eles. Parece acreditar que tudo estará bem, se eles se mantiverem dentro do círculo burocrático e regulamentar da administração colonial, sem haver mais a necessidade de se correr riscos desnecessários. Um outro autor, alguns anos mais tarde, apresentará, contudo, um grau de desconfiança maior em relação ao empreendimento imperial. Trata-se de Joseph Conrad, que também investigará o poder das terras e povos colonizados sobre os europeus de uma maneira ainda mais profunda e complexa do que Kipling. Em *Heart of darkness* (1902), ele mergulha num fluxo denso e caudaloso de escrita que o levará a analisar de perto a colonização da África.

Marlow, um dos narradores do romance de Conrad, conta a seus companheiros de embarcação o que lhe aconteceu quando era um marinheiro novato e adentrou o rio Congo, rumo ao encontro de Kurtz, um outro agente da mesma companhia extratora de marfim que havia se rebelado ou enlouquecido no coração da selva. A viagem de Marlow é marcada pela paragem em algumas estações, cada uma delas mais próxima de Kurtz e do núcleo da floresta africana. A impressão criada é a de que o personagem-narrador avança, cada vez mais, em direção à loucura e ao horror. Na verdade, os índices de loucura já apareciam mesmo antes de ele iniciar sua jornada, por exemplo, no momento em que ele vai ver o médico da companhia para um exame anterior à expedição:

- Sempre peço licença, no interesse da ciência, para medir os crânios daqueles que vão para lá – ele [o médico] disse.
- E quando eles voltam também? – eu perguntei.
- Oh, nunca os vejo – ele observou – e, além do mais, as mudanças ocorrem por dentro, você sabe. [...] Evite a irritação mais do que a exposição ao sol. [...] Nos trópicos deve-se manter a calma antes de tudo (CONRAD, 1994, pp. 16-17).³

Assim, existe a menção de que há algo “lá”, “nos trópicos”, capaz de fazer as pessoas enlouquecerem, além, é claro, da insinuação de que aqueles que

escolhiam tal destino deveriam muito provavelmente apresentar alguma anomalia, daí a necessidade científica de medir seus crânios. De qualquer forma, ao pisar em solo africano e durante toda sua viagem pelo Congo, Marlow encontrará diversos outros sinais de insanidade por parte dos europeus. Mas o mais impressionante é a visão que ele tem dos nativos logo em sua chegada:

- Um leve tilintar atrás de mim me fez virar a cabeça. Seis homens negros avançavam numa fila, arrastando-se pelo caminho. Eles caminhavam eretos e lentos, balançando pequenas cestas cheias de terra na cabeça, e o tilintar seguia o ritmo de seus passos. [...]
- Formas negras agachavam-se, deitavam-se, sentavam-se entre as árvores, encostadas nos troncos, agarrando-se à terra, metade dos corpos aparecendo, metade apagada pela penumbra, em todas as atitudes de dor, abandono e desespero. [...]
- Eles estavam morrendo lentamente – isso era claro. Não eram inimigos, não eram criminosos, já não eram nada terrenos, – nada além de sombras negras de doença e fome, jazendo perplexamente na sombra esverdeada (CONRAD, 1994, pp. 22-24).

Pela primeira vez, os efeitos da colonização sobre os colonizados são examinados numa obra literária com um grande mal-estar. O olhar do narrador Marlow se concentra sobre as figuras dos nativos e só o que ele descreve são quadros de escravização e destruição pela doença e pela fome. Apesar de não pronunciar essas palavras, é evidente, a partir do seu relato, que essas pessoas só chegaram a essa condição devido à exploração colonial imposta a elas pelas potências europeias. Nada contradiz mais aquela velha ideia de que a dominação de outros povos seria uma maneira de levar a “luz da civilização” até eles do que essas imagens. Ainda assim, os nativos são representados como uma massa amorfa e indistinta de indivíduos sem características específicas que os distingam uns dos outros. Os únicos atributos que Marlow enxerga neles são a cor negra e a debilidade causada pela opressão, elementos que os igualam, faltando qualquer outra coisa que os diferencie.

A sensação que temos ao ler o pequeno livro de Conrad é a de que a colonização é um malefício para ambas as partes, trazendo degradação tanto para os dominados quanto para os dominadores. O medo da diminuição através do contato com os colonizados transparece na própria figura de Kurtz, que reunia em si o que a civilização europeia considerava o seu melhor, já que,

além do nome e da origem alemã, “sua mãe era meio-inglesa e seu pai, meio-francês. Toda a Europa contribuíra para” a sua constituição (CONRAD, 1994, p. 71). Porém, isso não lhe serviu de escudo em sua missão na África, e o resultado de seu contato com os africanos foi que “seus nervos falharam e fizeram com que ele presidisse certas danças à meia-noite que terminavam com ritos indescritíveis, que [...] lhe eram oferecidos” (CONRAD, 1994, p. 71). Além da ameaça da assimilação cultural, que teria ocorrido quando Kurtz aceitou participar desses rituais nativos, existe a sugestão de que ele também decaiu através da união sexual, uma vez que uma mulher africana vem à praia, numa atitude de dor, enquanto ele é levado embora dali pelo vapor de Marlow:

– Ela caminhou com passos medidos, envolta em panos listrados e cheios de franjas, pisando a terra com orgulho, com um leve tilintar e reluzir de ornamentos bárbaros. Ela trazia sua cabeça erguida; seu cabelo estava arrumado no formato de um capacete; tinha perneiras de bronze até os joelhos, braceletes de fio de bronze até o cotovelo, um ponto vermelho em sua face escura, inumeráveis colares de contas de vidro no pescoço; coisas bizarras, amuletos, presentes de feiticeiros, pendiam de seu pescoço, brilhando e balançando a cada passo. [...]

– Ela chegou à frente do vapor, ficou parada e nos encarou. [...] Seu rosto tinha um aspecto trágico e feroz de tristeza selvagem e dor silenciosa misturado com o medo causado por alguma resolução hesitante e mal-formulada (CONRAD, 1994, p. 87).

Tudo leva a crer que essa é a amante nativa de Kurtz, que contrasta com a sua Prometida, que também surge, na narrativa, como uma aparição fascinante, porém em diferentes termos. Ela é descrita como uma criatura pálida e pura, toda trajada de negro e fiel à memória de Kurtz. Comparada à sua contraparte africana, a noiva europeia parece ser mais domesticada, mas ainda é vista como um Outro. Marlow, que sempre acreditou que as mulheres vivem num belo mundo à parte do real, assume uma posição bastante paternalista em relação a ela, mentindo ao dizer que as últimas palavras de Kurtz foram o seu nome.⁴ Surge a impressão de que o horror vivenciado por ele e Kurtz no coração da África é um segredo masculino que tem que ser ocultado das mulheres.

Conrad parece ser bem menos cínico do que Kipling, já que foi capaz de registrar os sofrimentos dos colonizados diante da dominação estrangeira.

Porém, ainda vê os africanos como seres inferiores, incapazes de qualquer resistência efetiva. Parece também entender que qualquer contato com a África e seus habitantes, mesmo que seja através da extração do precioso marfim, constitui, na verdade, uma perda para os europeus, uma possibilidade real de retrocesso através da loucura, da adoção da cultura alheia e da miscigenação. Tudo leva a crer que, para ele, talvez fosse melhor para os ocidentais abandonar o plano de exploração e ocupação desses lugares e sociedades. Só assim seria possível talvez retornar ao mundo de pureza e beleza representado pelas mulheres europeias, que o manteriam justamente pelo seu afastamento do empreendimento imperial. Na verdade, no subterrâneo dessa obra, encontra-se a terrível contradição entre a necessidade capitalista e imperial da acumulação da riqueza, através da exploração dos recursos naturais de outras terras, e o temor da diminuição pelo contato com o ambiente, a cultura e a população alheia. Ademais, há a indicação do fascínio e do desejo fetichista diante da alteridade, algo baseado na concepção de que o Outro é um ente inferior, mas que também subverte essa noção. Por essas e por outras razões, o livro de Conrad suscitou uma série de respostas literárias, formuladas pelos primeiros escritores africanos que se aventuravam a escrever na língua inglesa ainda durante a colonização. Na próxima seção, examinarei uma dessas réplicas na literatura africana anglófona.

Resistência e responsabilidade na literatura africana

O primeiro romance do nigeriano Chinua Achebe, *Things fall apart* (1958), impõe questionamentos aos discursos e práticas colonialistas dos britânicos e, ao mesmo tempo, investiga a realidade e a lógica da cultura nativa, enquanto também esmiúça as contradições internas e responsabilidades dos africanos no destino de suas sociedades. A ideia de oferecer uma resposta às narrativas coloniais transparece em toda a tessitura da obra, que pode ser considerada uma narrativa de resistência, própria do período inicial da literatura pós-colonial. O romance ainda é uma contrapartida ao livro de Conrad, pois também trata da colonização da África; dessa vez, contudo, a partir da

perspectiva dos nativos. Achebe escolhe situar sua narrativa numa aldeia igbo, uma cultura tradicional do leste da Nigéria, examinando sua organização social antes e depois da chegada dos britânicos, de forma a estabelecer um paradigma para todo o continente durante o processo imperial.

O protagonista é Okonkwo, retratado como um sujeito africano específico, inserido numa comunidade regida por determinadas regulações e costumes e cujas estruturas sociais obedecem a uma lógica própria. Achebe tem um interesse até mesmo etnográfico em sua ficção, registrando com precisão e minúcia importantes elementos do modo de vida e da cultura dos igbos. Nada poderia ser mais destoante dos “selvagens” retratados pelo discurso colonialista do que os personagens que povoam seu livro. Eles tampouco se parecem com os miseráveis sem esperança e defesa do romance de Conrad. Ao contrário, Achebe apresenta os africanos como indivíduos inteligentes e capazes de resistirem à opressão e dominação estrangeira. Caracteriza seus personagens por meio da diferença, da singularidade, enfatizando as disparidades, por exemplo, entre o forte Okonkwo e seu fraco pai, Unoka. Mostra, assim, uma perspectiva pluralista a respeito dos africanos, algo bem diferente da visão homogeneizante de Conrad.

No que se refere à estrutura, a obra se divide em três partes. A primeira delas, que é também a mais longa, concentra-se nas ações de Okonkwo, um dos mais importantes moradores da aldeia de Umuófia, revelando ainda detalhes significativos de seu passado, principalmente a respeito de seu esforço para se tornar próspero e influente, apesar dos fracassos de Unoka. Nesse momento, a presença britânica ainda não se fez sentir por entre os igbos, e Umuófia é representada em todo o seu funcionamento independente. Mas essa também é a parte em que Okonkwo comete alguns crimes contra a deusa da terra Ani: primeiro, por bater em uma de suas esposas durante a Semana da Paz em homenagem a essa divindade, na qual qualquer espécie de violência contra os membros da coletividade é proibida; segundo, por matar um rapaz da mesma aldeia durante uma cerimônia fúnebre. Ainda que tal assassinato tenha sido resultado de um acidente, Okonkwo tem que pagar por ele, uma vez que derramar o sangue de um membro do mesmo clã é

novamente uma ofensa contra Ani, sendo obrigado a exilar-se na aldeia natal de sua mãe, Mbanta, pelo período de sete anos. Haveria ainda um terceiro crime, que não é explicitamente apresentado ao leitor como tal, mas, atingindo o subsolo da narrativa, é possível compreender que a execução de Ikemefuna é talvez, até então, a afronta mais grave do protagonista contra Ani, porque, apesar de o rapaz não ser um membro nato de Umuófia, os anos de convivência e o afeto harmonioso o haviam levado a considerar Okonkwo um pai. Dessa forma, ao matá-lo, Okonkwo estaria derramando o sangue de um familiar e, o que é pior, dessa vez, de maneira deliberada. Esse ato terá graves consequências no desenrolar dos eventos e nas ações futuras do protagonista.

Na segunda parte, a ação se passa em Mbanta, onde Okonkwo é recebido e ajudado por seus parentes maternos. Enquanto a parte inicial do livro focalizava os feitos masculinos do protagonista, em sua luta para se tornar importante e respeitado em seu meio, a sequência seguinte mostra a significância dos elementos femininos, como os afetos ternos, a proteção e a solidariedade, em sua vida e na de sua comunidade. Nas palavras de Uchendu, o sábio tio de Okonkwo, “[o] lugar de um homem é na terra natal de seu pai quando tudo lhe corre bem e a vida lhe sorri. Mas, quando vêm a tristeza e a amargura, ele encontra refúgio na terra natal de sua mãe” (ACHEBE, 2009, p. 154). Isso revela que, de acordo com a sabedoria igbo, há que haver um equilíbrio entre os aspectos masculinos e femininos para que haja uma harmonização na personalidade das pessoas e um bom funcionamento do mundo. É uma grande lição para Okonkwo, já que ele costuma passar por cima de seus sentimentos por medo de ser considerado covarde pelos seus conterrâneos. Porém, talvez não consiga internalizar suficientemente esse ensinamento, o que parece contribuir para o fim trágico que o aguarda.

De qualquer forma, é também na segunda parte que os sinais da presença britânica começam a se fazer sentir em meio aos igbos, apresentando-se ao leitor, a princípio, no relato de Obierika, o fiel amigo de Okonkwo que vem visitá-lo no exílio e lhe conta a respeito da destruição de Abame, uma aldeia, cujos moradores sofreram o ataque de represália dos

britânicos, depois de terem assassinado um homem branco, que julgavam ser um espírito maligno. Dois anos depois, Obierika vem fazer uma nova visita a seu amigo, principalmente, porque havia visto Nwoye, o filho mais velho de Okonkwo, na companhia dos missionários cristãos que haviam chegado a Umuófia. Em seguida, nos capítulos restantes dessa sequência, o narrador de terceira pessoa nos informa como foi o processo de implantação dos missionários e sua igreja em Mbanta. É, principalmente nesse momento, que parece haver uma avaliação por parte do autor a respeito do modo como os nativos reagiram à chegada dos europeus. Alguns erros estratégicos, como a doação de parte da “Floresta Maldita” aos religiosos, são examinados por Achebe. Os nativos apostaram que os recém-chegados não sobreviveriam muito tempo naquele solo sagrado, sendo rapidamente exterminados pelos seus deuses. Como essa aniquilação não ocorreu, muitas pessoas começaram a pensar que o deus da nova religião era mais forte que as antigas divindades. Assim, parece haver a indicação, no romance, de que esse foi um gesto pueril de consequências desastrosas para os nativos, pois, ao entregarem o que tinham de mais sagrado aos seus inimigos, abriram inadvertidamente o flanco para que fossem atacados, exatamente, no ponto de vitalidade máxima de sua cultura. Além disso, a igreja cristã foi ganhando força a partir das contradições e disparidades internas da organização social local. Os primeiros convertidos foram, por exemplo, os párias daquela sociedade, como os indivíduos *osu* e as mães de gêmeos. O próprio Okonkwo só perdeu seu filho para os sacerdotes estrangeiros, porque nunca compreendeu o garoto e, ao invés de afeto positivo, só lhe demonstrava desaprovação e agressividade. Na nova religião, Nwoye encontrou um pai espiritual e uma comunidade de irmãos amorosos que lhe supriram a falta do amor paterno.

A terceira e última parte mostra o avanço inexorável da nova fé e do aparato da administração colonial britânica em Umuófia, para a qual Okonkwo regressa ao final de seu período de exílio. O seu retorno não suscitou a atenção que ele esperava justamente, porque as pessoas parecem estar mais preocupadas com as novidades trazidas pelos homens brancos, e isso torna Okonkwo amargurado e o enche ainda mais de hostilidade contra a nova

ordem das coisas. Mas outros membros de seu clã parecem estar encarando as mudanças, depois do choque inicial, de forma mais positiva:

Havia em Umuófia muitos homens e mulheres que não compartilhavam as mesmas opiniões hostis de Okonkwo sobre o novo regime. O homem branco realmente trouxera uma religião maluca; mas, ao mesmo tempo, construíra um entreposto, fazendo com que pela primeira vez o óleo e as sementes de palmeira atingissem preços elevados e que uma grande quantidade de dinheiro afluísse a Umuófia. (ACHEBE, 2009, p. 200)

Ou ainda, num outro momento:

Nem todas as pessoas que vinham às aulas [na escola do missionário [sr. Brown] eram jovens. Alguns alunos tinham trinta anos de idade, ou mais. Trabalhavam em suas roças na parte da manhã e frequentavam a escola à tarde. Não tardou muito para que começasse a correr a voz de que o feitico do homem branco fazia efeito depressa. A escola do sr. Brown produzia resultados rápidos. Bastavam alguns meses de frequência para que alguém se tornasse mensageiro ou mesmo funcionário de escritório do tribunal. Aqueles que permaneciam por mais tempo transformavam-se em professores; e de toda Umuófia chegavam os trabalhadores às vinhas do Senhor. (ACHEBE, 2009, p. 204)

Mais do que uma simples conformação ou adaptação ao novo sistema, isso revela que houve uma combinação entre as oportunidades surgidas e alguns arraigados valores culturais locais. Os igbos sempre acreditaram que era possível a um indivíduo prosperar na vida através da acumulação de riquezas e títulos. A etnógrafa Margaret M. Green (1964) nos informa que, depois da agricultura, o comércio é a segunda atividade econômica mais importante para esse grupo étnico, tornando-se “o sopro da vida, particularmente para as mulheres [...], e o vigor com que são conduzidos o barganhar e o pechinchar é uma prova do prestígio ligado a um empreendimento comercial bem-sucedido” (GREEN, 1964, p. 37. Tradução nossa). Essas características indicam que faz parte da organização social tradicional dos igbos um certo dinamismo e empreendedorismo econômico. Assim, ao perceberem que não seriam capazes de expulsarem os invasores e que poderiam obter vantagens econômicas e sociais através da educação e dos entrepostos comerciais britânicos, eles se aproveitaram desses mecanismos para ascenderem. Isso não significa, porém, que não houve resistência por parte deles à dominação e exploração estrangeiras. Na parte final do romance, vemos um exemplo de sublevação coletiva, quando os

egunguns ou espíritos mascarados incendeiam a igreja cristã, após um convertido ter quebrado a máscara de um deles, o que é considerada uma grande abominação, já que representa a morte definitiva da entidade, com o seu desaparecimento do mundo espiritual. Portanto, Achebe está demonstrando que os igbos resistiram às agressões que sofreram, mas também souberam utilizar aquilo que lhes convinha do que era implantado pelos britânicos.

O próprio Okonkwo se rebela contra o controle da administração colonial, mas a sua revolta parece ser impulsiva e completamente infrutífera. Ele investe toda a sua fúria contra um mero guarda que havia vindo ao mercado para dissolver a multidão que se reunia ali para debater como os aldeões deveriam reagir ao fato de a polícia colonial ter mantido presos alguns dos homens mais influentes de Umuófia. Em seu gesto, não é seguido por seus conterrâneos, que fogem da cena do crime, ao invés de perseguirem e abaterem os demais guardas. Decepcionado com seu próprio povo, que evidentemente não havia escolhido a guerra que ele tanto desejava, só lhe resta cometer o pior atentado possível contra a divindade-mãe Ani: o suicídio. É tamanha a sua desgraça, que não pode, nem sequer, ser enterrado pelos membros do seu clã, mas, unicamente, pelos forasteiros que intentava combater.

Existe uma tendência a ver no destino final de Okonkwo uma espécie de predestinação, já que o próprio protagonista considera que o seu *chi*, ou deus pessoal, não está, afinal, fadado a grandes feitos. É assim que ele interpreta os vários revezes que sofreu durante a vida. Mas essa seria uma leitura bastante superficial. Nas camadas mais profundas do texto, é possível inferir que Okonkwo tem grande responsabilidade nos eventos funestos que lhe ocorrem. Os anciãos de sua comunidade sempre repetiam um ditado, que versava assim: “se um homem dizia sim, seu *chi* também o fazia” (ACHEBE, 2009, p. 151). Okonkwo não compreende que o contrário e a recíproca também devem ser verdadeiros, implicando que, se o *chi* diz não, o homem também deve fazê-lo. No caso do assassinato de Ikemefuna, por toda a relação de afetividades que havia entre eles, o *chi* de Okonkwo só poderia dizer não a qualquer envolvimento nessa morte. Contudo, Okonkwo ignorou o que seu deus interior

lhe pedia para fazer e desferiu o golpe que tirou a vida do rapaz, apenas para não ser considerado um fraco. Ele rejeitou o aspecto feminino da afetividade e preferiu a agressividade masculina descontrolada. Desse momento em diante, além de haver um rompimento definitivo entre ele e seu *chi*, Okonkwo se coloca fora do círculo de proteção de Ani. O assassinato do guarda, por todo o seu descontrole e inutilidade, reflete aquela primeira morte e sinaliza que o equilíbrio entre os aspectos masculinos e femininos está irremediavelmente desfeito, resultando no desperdício de sua própria vida e no fracasso de todos os seus planos de sucesso. Quanto ao restante de sua coletividade, se é verdade que o mundo como os igbos conheciam está completamente em pedaços ao final do romance, também é verdade que uma nova ordem se instaura, uma nova realidade diante da qual eles terão que buscar novos posicionamentos e estratégias de sobrevivência.

Considerações finais

Alguns eventos históricos funcionam como uma espécie de trauma, que a literatura repete e repete, na esperança de uma reelaboração. Isso não significa necessariamente que toda obra literária tenha um caráter de redenção ou superação. Às vezes, não é possível ir além daquilo que se vivencia historicamente, e os relatos ficcionais acabam se resumindo a narrativas de estagnação ou mesmo aniquilação. Propor uma saída para um cenário externo de desolação e desesperança nem sempre faz parte dos projetos estéticos e/ou políticos dos escritores. E, às vezes, eles se sentem tão encurralados por algumas circunstâncias do mundo extraliterário, que nem conseguem vislumbrar soluções para certas tensões narrativas. De qualquer forma, os medos coletivos sempre moram, de uma forma ou outra, nos porões da literatura, lançando suas sombras sobre a representação de qualquer realidade histórica. Não é o papel fundamental da literatura vencer esses medos. Ela por si só não melhora, nem transforma nada no mundo exterior. Contudo, o exame criterioso e sistemático dos subterrâneos escavados pelas palavras de uma obra literária possibilita o conhecimento daquilo que absorve a mente humana

em determinados períodos e contextos e que, muitas vezes, permanece inconfessável ou é expresso, de formas menos intensas, em outros tipos de textos e discursos.

NOTAS:

* Professora Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

¹ De agora em diante, todos os trechos utilizados do conto têm tradução minha.

² E é, justamente, durante o casamento, que os nativos descobrem que ele não é um deus, mas um homem, já que a noiva, apavorada diante da possibilidade de morrer ao tocar uma divindade, morde-lhe os lábios na hora do beijo, fazendo-o sangrar à vista de todos.

³ De agora em diante, todos os trechos utilizados do romance têm tradução minha.

⁴ Na verdade, as famosas últimas palavras de Kurtz foram “O horror! O horror!” (CONRAD, 1994, p. 100).

REFERÊNCIAS:

ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedaça*. Trad. Vera Queiroz da Costa e Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CONRAD, Joseph. *Heart of darkness*. Londres: Penguin Books, 1994.

DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoe*. Londres: Penguin Books, 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Trad. Walderedo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

GREEN, Margaret M. *Ibo village affairs*. Nova Iorque: Frederick A. Praeger, 1964.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1992.

KIPLING, Rudyard. *The man who would be king*. Nova Iorque: Brentano's, s/d.

SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Texto recebido em 12 de janeiro de 2013 e aprovado em 12 de abril de 2013.